

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 299/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 60550.003856/2025-07

2. Descrição da necessidade

2.1 Administração tem por objetivo preencher postos de grande importância para atuação no controle do acesso de pessoas e materiais, além da fiscalização patrimonial do Hospital das Forças Armadas (HFA).

2.2 O referido serviço já é prestado no HFA por uma empresa terceirizada, entretanto, o contrato, prorrogado por intermédio do Termo Aditivo nº 41/2024 e sem possibilidades de nova prorrogação, finda em 1º de dezembro de 2025 e, por isso, há a necessidade de realizar-se um novo processo licitatório para garantir sua continuidade, pois não há recursos materiais e humanos no Quadro de Pessoal do hospital para a realização dessas atividades. Esses serviços são considerados serviços auxiliares necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, e sua interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades.

2.3 A contratação dos serviços é respaldada pelo § 2º do Art. 7º da Instrução Normativa Nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que reza que a Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos, conforme elencados na Lei nº 9.632/98, sendo o caso do HFA, que não dispõe de pessoal em seu quadro para o atendimento desses serviços além de estar em conformidade com o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.4 Ressalta-se que a interrupção ou descontinuidade na prestação desses serviços pode comprometer significativamente o fluxo das atividades diárias do hospital, impactando não apenas a segurança patrimonial e o controle de acessos, mas também a organização e a dinâmica de funcionamento da instituição como um todo, tendo em vista que há um grande fluxo de pessoas transitando diariamente pelo hospital, fluxo esse que vai desde pacientes, acompanhantes e visitantes, até militares, servidores civis e colaboradores terceirizados.

2.5 Ademais, visando o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Segurança	GLAUBER SILVA DA PAZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A Contratada deverá:

4.2 Possuir profissionais capacitados para o desempenho das atividades, conforme especificações elencadas pela Contratante.

4.2.1 Os profissionais contratados, ao desempenhar suas funções, deverão observar, em caráter obrigatório, as seguintes condutas:

4.2.1.1 Fino trato e cordialidade: Manter postura respeitosa, educada e atenciosa em todas as interações, utilizando linguagem clara, adequada e acessível ao cidadão, sem qualquer manifestação de impaciência, descaso ou tratamento discriminatório.

4.2.1.2 Postura profissional: Apresentar-se de maneira compatível com a função exercida, demonstrando autocontrole emocional, equilíbrio e urbanidade, mesmo em situações de conflito ou pressão.

4.2.1.3 Comunicação eficiente: Fornecer informações precisas, completas e de fácil compreensão, assegurando que o público receba a devida orientação de forma organizada, transparente e objetiva.

4.2.1.4 Sigilo e discrição: Respeitar a confidencialidade de informações obtidas durante o atendimento, preservando a privacidade dos cidadãos.

4.2.1.5 Imparcialidade: Tratar a todos de maneira igualitária, sem distinção de raça, gênero, condição social, convicção política, religiosa ou qualquer outra forma de discriminação.

4.2.1.6 Proatividade e empatia: Demonstrar disponibilidade para ouvir, compreender e buscar soluções adequadas às demandas apresentadas, priorizando o acolhimento humanizado.

4.3 Os profissionais deverão possuir o curso de maqueiro hospitalar a fim de estarem aptos a atender qualquer necessidade referente aos pacientes em caso de eventual necessidade.

4.3.1 Além disso, os profissionais deverão possuir o curso de primeiros socorros, estando aptos a prestarem o atendimento básico e realizar os procedimentos necessários para atender vítimas em situações de emergência.

4.4 Com esses cursos, os profissionais deverão aptos a executar, caso necessário, o transporte seguro e eficiente de pacientes no ambiente do HFA e atendimentos a usuários em situações diversas, focando em técnicas, segurança e atendimento humanizado a eles.

4.5 Estar registrada nos sindicatos pertinentes a execução do objeto desta licitação.

4.6 Estar com regularidade conforme previsto na habilitação definida no edital em toda vigência contratual.

4.7 Apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto contratado, especialmente em instituições hospitalares ou ambientes com alta complexidade operacional.

4.8 Dispor de plano emergencial que assegure a substituição de empregados em caso de faltas, afastamentos legais ou demissões, com tempo máximo de duas horas, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

4.9 Cumprir rigorosamente as normas da NR-32 (segurança do trabalho em estabelecimentos de saúde), NR-6 (uso de EPIs) e demais normas aplicáveis, garantindo treinamentos periódicos aos empregados, com registros documentais auditáveis.

4.10 Entregar plano detalhado de integração e capacitação dos profissionais que atuarão no HFA, com conteúdo voltados à conduta ética, atendimento ao público hospitalar, segurança institucional e procedimentos internos da unidade.

4.11 Garantir acesso da contratante a comprovantes de pagamento de salários, benefícios (VT, VA, INSS, FGTS), e encargos trabalhistas de todos os empregados vinculados ao contrato, mediante sistema eletrônico ou apresentação mensal.

4.12 Responsabilizar-se por cobrir danos causados por atos de seus empregados a terceiros, à contratante ou ao patrimônio público.

4.13 Fornecer e operar sistema eficiente de comunicação entre os postos de trabalho (rádios HT ou intercomunicadores), com plano de backup para falhas técnicas.

4.14 Disponibilizar uniformes que atendam às normas de assepsia, conforto térmico e identificação visual compatível com o ambiente hospitalar de acordo com o previsto no edital, sendo trocados periodicamente conforme cláusula contratual.

4.15 Manter sede ou filial com estrutura administrativa mínima no DF, capaz de prestar suporte imediato à operação do contrato, inclusive para assuntos trabalhistas, administrativos e logísticos.

4.16 Nomear e disponibilizar o contato do preposto com poderes de representação administrativa, com capacidade de decisão imediata e apto à resolução de conflitos operacionais, para que, quando acionado pelo gestor do contrato, atenda prontamente à solicitação e compareça ao HFA.

4.17 Disponibilizar profissionais adicionais exclusivamente para a rendição dos postos durante o horário de almoço, de forma a assegurar a continuidade das atividades, sem qualquer prejuízo aos serviços prestados.

4.18 Será vedada a utilização do efetivo já alocado no HFA para realizar rendições de outros postos. Essas rendições deverão ser efetuadas exclusivamente por funcionários não pertencentes ao quadro dos que prestam serviço no hospital.

4.19 Realizar a troca de postos somente com a autorização do gestor de contrato após prévia solicitação por escrito.

4.20 Realizar troca de funcionários entre locais de trabalho somente após solicitação por escrito e autorização do gestor do contrato.

4.20.1 Exemplificando, caso a Contratada preste serviços em outro local diferente do local da Contratante e queira substituir algum funcionário ou permutá-lo entre esses dois locais, deve ser feita uma solicitação formal por escrito e aguardar a autorização, também por escrita, do gestor do contrato.

4.21 A Contratada não deverá permitir que um funcionário, que preste serviço em outro local diferente do da Contratante, cumpra aviso prévio no HFA. Ou seja, se algum funcionário de outro estabelecimento onde a Contratante preste serviço for cumprir aviso prévio, ele não poderá, em hipótese alguma, cumpri-lo no HFA.

4.21.1 Caso tenha sido autorizada a troca de algum funcionário entre locais diferentes onde a empresa preste serviço, o novo funcionário deverá se apresentar ao gestor do contrato com uma carta de apresentação em mãos assinada pelo responsável da contratada.

4.22 O prazo de início dos serviços será a contar da assinatura do contrato.

4.23 Os serviços serão prestados pela Contratada no seguinte endereço: Hospital das Forças Armadas (HFA), Setor HFA, Sudoeste, Brasília-DF, Brasil, CEP: 70673-900, Tel: (61) 3966-2041.

4.24 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

4.24.1 Para os de regime 5x2: das 07:00hs até às 15:00hs, com intervalo para o almoço das 12:00hs até às 13:00hs. Para esse regime de trabalho, o horário poderá ser alterado por necessidade do contratante e setor que colaborador estiver lotado, mantendo-se o regime e o quantitativo de horas.

4.24.2 Para os de regime 12x36 diurno das 07:00hs até às 19:00hs.

4.24.3 Para os de regime 12x36 noturno das 19:00hs até às 07:00hs.

4.25 A CONTRATADA deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema compatível de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, permitindo à fiscalização do HFA o acesso aos respectivos dados.

4.26 Os funcionários deverão registrar no sistema indicado no item anterior, os horários de início e término de sua jornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada semanal e mensal de cada trabalhador.

4.27 Em caso de ponto eletrônico físico, será necessária a instalação de no mínimo um ponto eletrônico, em local a ser indicado pela contratante.

4.28 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

4.29 Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.

4.30 Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa do HFA, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.

4.31 Os horários da prestação de serviço poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades do HFA, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

4.32 Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública Federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

4.33 Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador, seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados previstas em edital, observando inclusive o que dispõe o Anexo XI da IN nº 5, de 2017, que trata do processo de pagamento (vide alínea “d” do item 3.3);

4.34 Os custos foram estimados com base na Convenção Coletiva de Trabalho DF000042/2025 - Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizados do DF, CNPJ nº 00.438.770/0001-10.

4.35 Os licitantes deverão comprovar:

4.35 .1 Percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e

4.35 .2 Seguro Acidente do Trabalho (SAT) constantes na planilha de custos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram levantadas 7 (sete) possíveis soluções, sobre as quais passamos a tratar a diante:

5.1.1. Solução 1: realização de concurso público;

5.1.2. Solução 2: utilização do efetivo já existente no HFA;

5.1.3. Solução 3: reestruturação das carreiras/cargos;

5.1.4. Solução 4: ampliação do número de prestadores de tarefa por tempo certo (PTTC);

5.1.5. Solução 5: ampliação do número de cargos comissionados e funções de confiança;

5.1.6. Solução 6: ampliação do número de militares lotados no HFA, a partir de entendimento com os comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

5.1.7. Solução 7: Contratação de empresa especializada no serviço, com fornecimento de mão de obra.

5.2. Da análise da soluções:

5.2.1. Solução 1:

5.2.1.1. Os últimos concursos autorizados para o Hospital das Forças Armadas remontam aos anos de 2009 e 2014. Em 2008 foram autorizados dois certames para a contratação de servidores em 2009, envolvendo cargos para as atividades meio e fim. Os concursos foram prorrogados, totalizando sua vigência por um período de 4 anos, ou seja, até 2013. Naquela ocasião foram ofertadas 1.601 vagas, tendo sido nomeados 1.907 profissionais, o que demonstra a rotatividade de 306 servidores, ocorrida ainda durante o período de validade do concurso e acentuada após o término do processo seletivo.

5.2.1.2. Em 2013, o Hospital das Forças Armadas foi autorizado a realizar a contratação temporária de médicos para minimizar a evasão de profissionais sofrida até então. Em virtude da baixa remuneração praticada pelo HFA, das 106 vagas ofertadas, 27 candidatos concorreram à seleção e apenas 06 firmaram contrato com o HFA. Em 2016 todos os contratos já haviam sido rescindidos. Em 2014 foi autorizado novo certame para contratação de 325 profissionais, com vistas a repor parte das vacâncias ocorridas nos cargos da atividade finalística da Unidade. O concurso foi prorrogado permanecendo vigente até fevereiro de 2019. Para as 325 vagas ofertadas, foram nomeados apenas 287 profissionais. Dos 150 cargos de médico, apenas 83 foram preenchidos, por falta de interesse dos candidatos. Em 11 de janeiro de 2017, por meio do Ofício nº 543/S Seç Sel Rec Trm HFA/Div Pes Civ HFA/DRH HFA/Cmt Log - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, em que pese a possibilidade de prorrogação de concurso até fevereiro de 2019, o HFA reiterou questionamentos quanto à possibilidade de autorização de novas contratações para os cargos em que não mais houvesse cadastro reserva, tendo em vista o esgotamento da fila de espera em diversas especialidades, em função da baixa atratividade aos candidatos eventualmente aprovados.

5.2.1.3. O Hospital solicitou ainda, em 22 de novembro de 2017, por meio do Ofício nº 23818/S Div Pes Civ HFA/Div RH HFA/Cmt Log - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, a ampliação das vagas do concurso de 2014, em até 50% do número de cargos autorizados no certame original, com vistas a possibilitar a convocação e nomeação de candidatos para os cargos em que ainda houvesse fila de espera, conforme previsão contida no artigo 11 do Decreto nº 6.944 de 21 de agosto de 2009, porém, a solicitação foi negada. Em 2018, o HFA protocolou solicitação de inclusão de concurso público no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA do exercício de 2019, para o provimento de 150 vagas, conforme processo SEI nº 60550.011626/2018-84. Entretanto, em abril de 2019, o processo foi restituído pelo Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 19569/2019/DICOP-SGP/MP, de 8 de abril de 2019, solicitando reavaliação da conveniência da proposta e, em caso de permanência no interesse pela realização do concurso, a reapresentação do pedido para o exercício de 2020, nos moldes estabelecidos pelo Decreto nº 9.739/2019.

5.2.1.4. Em 2019, o Hospital apresentou novo pedido, nos moldes do Decreto nº 9.739/2019, para o provimento de 350 (trezentos e cinquenta) vagas, conforme processos SEI nº 60550.014878/2019-46 e nº 19975.126657 (Solicitação nº 76-2019 – Módulo Seleção de Pessoas). Entretanto, em 01/11/2019, o Ministério da Economia se manifestou, por intermédio do ofício SEI nº 54614/2019/ME, expedido pela Secretaria de Gestão e desempenho de pessoal, pela impossibilidade de atendimento do pedido, tendo os autos do processo sido restituídos ao HFA em 11/11/2019, com as seguintes considerações: "A presente restituição se justifica tendo em vista que as atuais diretrizes do Poder Executivo Federal apontam pela impossibilidade de autorização de novos concursos públicos em face da atual situação fiscal do país, o que limita a atuação da Administração em ações que acarretam impactos orçamentário-financeiros de longo prazo, especialmente aquelas despesas relativas a custeio de pessoal".

5.2.2. Solução 2:

5.2.2.1. Nos últimos 10(dez) anos o HFA vem tendo uma considerável diminuição dos seus efetivos. No período compreendido entre janeiro de 2009 e julho de 2019, contabilizou a perda de 1280 servidores, sendo 533 médicos, 136 especialistas em atividades hospitalares, 282 técnicos em atividades médico hospitalares e 329 servidores administrativos. Apenas no primeiro semestre de 2019, 70 servidores foram desligados deste quadro de pessoal.

5.2.2.2. Em função da significativa evasão de servidores, o hospital atua abaixo de sua real capacidade. Conforme relatório de avaliação da execução de Programas de Governo, expedido pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, após auditoria operacional dos exercícios de 2017 e 2018, o HFA tem utilizado apenas 27,8% de sua capacidade operacional total.

5.2.2.3. Esse processo de esvaziamento tem causado sérias dificuldades ao atendimento de seus usuários, assim como a paralisação de serviços essenciais. Em 2014, a maternidade e a UTI neonatal, do HFA, deixaram de funcionar, inviabilizando a realização de partos e acompanhamento de recém-nascidos. Como efeito cascata, observou-se, em pouco tempo o encerramento de outras atividades relacionadas como Cirurgia, Endocrinologia, Alergologia e Neurologia Pediátrica.

5.2.2.4. Os principais riscos enfrentados pelo HFA para a consecução de suas atividades fim e meio e finalidade institucional dizem respeito à evasão de pessoal. Esta situação vem sendo relatada continuamente aos órgãos de controle por meio dos relatórios de Gestão elaborados pela Unidade.

5.2.2.5. O declínio na quantidade de servidores tem afetado não somente as áreas de atividade fim, mas também os setores administrativos da instituição. A título de exemplo, o processo de geração de receita, que envolve expressiva análise documental de cada atendimento hospitalar, está seriamente comprometido pela redução do número de servidores.

5.2.2.6. Em suma, o HFA, atualmente, não dispõe de efetivo suficiente capaz de atender às demandas que possibilitem a solução do problema apresentado. Fato este que pode ocasionar em produtividade aquém das necessidades do HFA, bem como em lentidão processual nos ritos administrativos. O alto volume de despesas inscritas em Restos a Pagar, relacionadas a processos oriundo de OCS, é um indicador preciso da necessidade de acréscimo de pessoal para a realização dos processos de OCS.

5.2.3. Solução 3:

5.2.3.1. As atividades que se pretendem iniciar mediante o processo de contratação indireta de serviços dizem respeito a processos de trabalho específicos, não se confundindo com as atribuições previstas para os cargos de Assistente Técnico-Administrativo e Analista Técnico-Administrativo, os quais possuem previsões de atividades genéricas, inclusive com exigências de formação em quaisquer áreas do conhecimento.

5.2.3.2. O processo de solicitação de reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do HFA foi adequada e tempestivamente instruído por este HFA, nos termos do processo nº 60550.009825/2022-17 e 60550.009424/2023-30, não contemplando em seus termos, proposta específica para a criação de atividades relacionadas à presente contratação indireta de serviços, uma vez que se compreende que estes processos, por caracterizarem rotinas específicas e pontuais, possam ser supridos pela presente contratação, destinando-se o pessoal efetivo da Unidade para atividades de maior complexidade, compatíveis com a seleção mediante o Regime Jurídico Único.

5.2.3.3. O processo solicitando a reestruturação da carreira deste HFA não obteve êxito na respectiva autorização pelo órgão central de pessoal (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), conforme pode se verificar do Ofício Circular SEI nº 5113/2022/ME (documento SEI nº 6700090).

5.2.4. Solução 4:

5.2.4.1. O número de Prestadores de Tarefa por Tempo Certo é limitado há um efetivo disponibilizado ao HFA por cada Força, devendo a sua ampliação ser autorizada no âmbito de cada Força.

5.2.5. Solução 5:

5.2.5.1. As atividades que se pretendem contratar mediante o processo de contratação indireta de serviços dizem respeito a processos de trabalho específicos, não se confundindo com as atribuições previstas para os cargos de Assistente Técnico-Administrativo e Analista Técnico-Administrativo, os quais possuem previsões de atividades genéricas, inclusive com exigências de formação em quaisquer áreas do conhecimento.

5.2.5.2. O processo de solicitação de distribuição de gratificações foi instruído por este HFA, nos termos do processo, não contemplando em seus termos, proposta específica para a criação de funções e cargos comissionados destinados à remuneração de atividades relacionadas à presente contratação indireta de serviços, uma vez que se compreende que estes processos, por caracterizarem rotinas específicas e pontuais, possam ser supridos pela presente contratação.

5.2.5.3. Assim, a destinação de funções e cargos comissionados deste HFA, por sua natureza e finalidade, está ligada a atividades de maior complexidade, compatíveis com cargos efetivos ou cargos sem vínculo, pertencentes ao Regime Jurídico Único, sobretudo à adequada remuneração de atividades de chefia e assessoramento, que não sejam exclusivamente operacionais, como aquelas propostas para a presente contratação.

5.2.6. Solução 6:

5.2.6.1. No que tange ao número de militares lotados no Hospital das Forças Armadas, este limita-se ao efetivo previsto em cada um dos seguintes documentos:

- Tabela Mestra de Força de Trabalho da Marinha, com 120 (cento e vinte) militares;

- Quadro de Cargos Previstos do Exército, com 433 (quatrocentos e trinta e três) militares; e

- Tabela de Lotação de Pessoal da Aeronáutica, com 87 (oitenta e sete) militares.

5.2.6.2. A ampliação do número de militares lotados no HFA só poderá ocorrer, portanto, mediante a autorização justificada, do aumento deste efetivo nos documentos supramencionados correspondentes à cada Força. Entretanto, a ampliação deste efetivo, vai de encontro ao compromisso assumido pelas Forças Armadas por ocasião da reestruturação da carreira militar aprovada em 2019 (Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019), que previu a redução de 10% do efetivo dos militares de cada Força até o ano de 2030.

5.2.6.3. Ainda neste contexto, o HFA deverá reduzir o seu efetivo em 8 (oito) Soldados do Efetivo Profissional até o ano de 2030, conforme determinação do Gabinete do Comandante do Exército, através do Ofício nº 500-A1.1/A1/GabCmtEx, de 30 JUL 2021, publicada no BI nº 153/HFA, de 12 AGO 21.

5.2.7. Solução 7:

5.2.7.1. A contratação de Empresa especializada, para realizar serviços contínuos de encarregado geral, fiscais de piso e recepcionistas hospitalares é essencial ao princípio da continuidade do serviço público, que guarda estreita relação com o princípio da supremacia do interesse público, cujos ditames preveem que o serviço público como atividade de interesse coletivo não deve sofrer descontinuidades totais ou parciais, sob pena de acarretar prejuízos aos usuários do sistema de saúde das Forças Armadas, bem como trazer economia para o paciente e promover um melhor atendimento ao usuário.

5.3. Conclui-se portanto, que a solução 7 é a única que atende à necessidade do HFA.

5.4. Conclui-se, ainda, que a adoção do critério de remuneração por postos de trabalho, é condição indispensável para o alcance dos objetivos pretendidos pela contratação, haja vista que a presença de pessoal capacitado, nos respectivos postos de trabalho, é necessidade precípua para o funcionamento das atividades no ambulatório, Pronto Atendimento e Serviços de Apoio ao Diagnóstico, de modo que, este se resume ao único critério que atende à demanda da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de Fiscal de Piso, Recepcionista Hospitalar e Encarregado Geral, para atender às necessidades de controle de acesso de pessoas e materiais nas dependências do HFA.

6.2 Essa contratação visa manter a continuidade dos serviços de portaria no HFA, tendo em vista a falta de servidores para desempenho dessas funções as quais são de significativa relevância para o controle de acesso de pessoas e materiais, provimento de segurança aos usuários do hospital e continuidade no auxílio da fiscalização patrimonial.

6.3 Há de se levar em consideração que o serviço a ser contratado será executado em ambiente hospitalar, com grande circulação de pessoas, o que requer padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, tendo como objetivo principal a segurança dos usuários do hospital e a segurança orgânica das instalações.

6.4 Cabe ressaltar que o atual serviço prestado no HFA é de Agente de Portaria. Entretanto, após análise detalhada das demandas operacionais, verificou-se que alguns postos necessitam de maior mobilidade e dinamismo no desempenho das funções, razão pela qual se optou pela substituição da função atualmente exercida no contrato vigente para Fiscal de Piso. Diferentemente do Agente de Portaria, cuja atuação se concentra em pontos fixos de controle, o Fiscal de Piso possui atribuições que permitem circulação contínua pelas áreas internas, garantindo maior alcance na supervisão.

6.4.1 Essa mudança possibilita que o fiscal atue em diferentes frentes de serviço, ampliando a capacidade de resposta a situações emergenciais e fortalecendo a segurança preventiva. Além disso, a presença móvel do Fiscal de Piso contribui para a fiscalização em locais de grande fluxo de pessoas, reduzindo pontos de vulnerabilidade e aumentando a sensação de segurança. A alteração, portanto, não apenas atende à necessidade operacional do HFA, como também melhora a eficiência do controle interno, assegurando maior qualidade e efetividade na prestação do serviço.

6.5 A contratação de Recepcionistas Hospitalares para o HFA é plenamente justificada pela necessidade de assegurar um atendimento inicial qualificado, humanizado e eficiente aos pacientes e acompanhantes. Esses profissionais são fundamentais no acolhimento, recepção e orientação do público, garantindo que o primeiro contato com a instituição ocorra de forma organizada, empática e respeitosa.

6.5.1 Além de recepcionar e direcionar adequadamente os pacientes aos setores competentes, o recepcionista hospitalar presta apoio no transporte interno de pacientes e na comunicação entre as equipes assistenciais e administrativas, contribuindo para a fluidez dos processos, a redução de dificuldades inerentes ao processo de internação e o fortalecimento do vínculo entre o paciente e a instituição.

6.5.2 Essa atuação é perfeitamente alinhada à Política Nacional de Humanização (PNH), que valoriza a escuta qualificada, o acolhimento e a corresponsabilidade no cuidado. Assim, a presença desses profissionais contribui diretamente para a promoção de um ambiente hospitalar mais acolhedor, seguro e humanizado, em consonância com os princípios da hotelaria hospitalar e com a missão institucional do HFA de oferecer assistência de excelência, pautada na dignidade, no respeito e na qualidade do atendimento

Qualificações técnica e econômico-financeira

6.6 A exigência de qualificações técnica e econômico-financeira visa unicamente selecionar a proposta mais vantajosa e apta à execução, servindo como filtro para afastar empresas amadoras e garantir que a licitante comprove o know-how operacional necessário por meio de atestados. Esta medida, que inclui a experiência mínima de 6 meses e 50% dos postos, é proporcional e essencial para prevenir prejuízos e o risco de inexecução contratual em serviços de dedicação exclusiva.

6.7 Concomitantemente, a qualificação econômico-financeira protege o interesse público ao garantir a solidez da empresa e sua capacidade de honrar compromissos, notadamente os encargos trabalhistas. Assim, a dupla exigência de qualificações assegura a segurança jurídica do processo licitatório e a qualidade ininterrupta dos serviços.

Instalação de escritório

6.8 A manutenção da exigência de que o fornecedor possua ou instale escritório no Distrito Federal é considerada imprescindível para a correta execução dos serviços, não constituindo restrição indevida à competitividade. Esta exigência é ditada pela complexidade gerencial de um contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, atuando em múltiplos postos em ambiente hospitalar. A gestão de um volume significativo de mão de obra demanda uma estrutura administrativa local robusta para o pronto-atendimento em casos de urgência, substituição imediata de pessoal em plantões e suporte logístico. Essa proximidade física é o mecanismo mais eficaz para garantir a continuidade e a qualidade ininterrupta da força de trabalho em um serviço essencial, mitigando riscos operacionais.

6.9 A presença física é crucial para a fiscalização efetiva e a mitigação de riscos trabalhistas, para estar em conformidade Art. 121 da Lei nº 14.133/2021. Um escritório local serve como base para a fiscalização da Administração ter acesso tempestivo e facilitado aos documentos de controle e registros dos 59 empregados. A necessidade de lidar com a documentação de um grande volume de pessoal e realizar reuniões urgentes impõe a base física como um requisito de segurança jurídica e de gestão de crise. Portanto, a cláusula é proporcional à dimensão e à criticidade do objeto, sendo o mecanismo de gestão de risco mais eficaz para proteger o interesse público e a qualidade do serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A contratação alinha-se com o novo modelo de gestão do HFA no intuito de aumento na demanda de atendimentos a pacientes, como aumento do número de atendimentos, dentre outros atendimentos de urgência/emergências, visando a excelência no atendimento e no cuidado prestado aos pacientes no HFA, tendo como objetivo oferecer serviços que atendam e superem as expectativas dos usuários, com eficiência, eficácia e efetividade.

7.2 Descrição dos serviços a serem contratados

7.2.1 Quantitativo dos serviços:

7.2.1.1 Quantitativo máximo a ser contratado:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QNT MENSAL	QNT TOTAL ANUAL	UND FORN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Serviços contínuos de encarregado geral, fiscais de piso e recepcionistas hospitalares com dedicação exclusiva de mão de obra.	8729	1	12	Mês	387.301,25	R\$ 4.647.615,00

7.2.1.2 Quantitativo mínimo a ser contratado:

--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QNT MENSAL	QNT TOTAL ANUAL	UND FORN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Serviços contínuos de encarregado geral, fiscais de piso e recepcionistas hospitalares com dedicação exclusiva de mão de obra.	8729	1	12	Mês	337.780,84	4.056.307,08

7.2.2 Quantitativo detalhado dos serviços em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho: SINDSERVIÇOS/2025 (DF000042 /2025):

7.2.2.1 Detalhamento total dos serviços:

ORD	DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME	QNT	CBO	VALOR MENSAL UNITÁRIO	TOTAL MENSAL
1	Encarregado Diurno sem insalubridade	Jornada de 12x36	2	5101-10	R\$ 11.223,76	R\$ 22.447,52
2	Encarregado Noturno sem insalubridade	Jornada de 12x36	2	5101-10	R\$ 12.101,94	R\$ 24.203,89
3	Fiscal de piso diurno sem insalubridade	Jornada de 12x36	22	5174-25	R\$ 5.675,30	R\$ 124.856,50
4	Fiscal de piso diurno com insalubridade	Jornada de 12x36	14	5174-25	R\$ 6.190,05	R\$ 86.660,72
5	Fiscal de piso noturno sem insalubridade	Jornada de 12x36	8	5174-25	R\$ 6.070,70	R\$ 48.565,59
6	Fiscal de piso noturno com insalubridade	Jornada de 12x36	4	5174-25	R\$ 6.585,45	R\$ 26.341,82
7	Recepcionista hospitalar diurno sem insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	2	4221-10	R\$ 7.737,72	R\$ 15.475,44
8	Recepcionista hospitalar diurno com insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	2	4221-10	R\$ 8.252,48	R\$ 16.504,95
9	Recepcionista hospitalar diurno com insalubridade	Jornada de 12x36	2	4221-10	R\$ 7.802,29	R\$ 15.604,58

10	Fiscal de piso diurno 12x36 com insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	1	5174-25	R\$ 6.640,24	R\$ 6.640,24
TOTAL			59	-	-	R\$ 387.301,25

7.2.2.2 Detalhamento dos serviços mínimos a serem contratados:

ORD	DESCRIÇÃO DO CARGO	REGIME	QNT	CBO	VALOR MENSAL UNITÁRIO	TOTAL MENSAL
1	Encarregado Diurno sem insalubridade	Jornada de 12x36	2	5101-10	R\$ 11.223,76	R\$ 22.447,52
2	Encarregado Noturno sem insalubridade	Jornada de 12x36	2	5101-10	R\$ 12.101,94	R\$ 24.203,89
3	Fiscal de piso diurno sem insalubridade	Jornada de 12x36	22	5174-25	R\$ 5.675,30	R\$ 124.856,50
4	Fiscal de piso diurno com insalubridade	Jornada de 12x36	6	5174-25	R\$ 6.190,05	R\$ 37.140,31
5	Fiscal de piso noturno sem insalubridade	Jornada de 12x36	8	5174-25	R\$ 6.070,70	R\$ 48.565,59
6	Fiscal de piso noturno com insalubridade	Jornada de 12x36	4	5174-25	R\$ 6.585,45	R\$ 26.341,82
7	Recepcionista hospitalar diurno sem insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	2	4221-10	R\$ 7.737,72	R\$ 15.475,44
8	Recepcionista hospitalar diurno com insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	2	4221-10	R\$ 8.252,48	R\$ 16.504,95
9	Recepcionista hospitalar diurno com insalubridade	Jornada de 12x36	2	4221-10	R\$ 7.802,29	R\$ 15.604,58
10	Fiscal de piso diurno 12x36 com insalubridade	Jornada de 5x2 (44 horas semanais)	1	5174-25	R\$ 6.640,24	R\$ 6.640,24
TOTAL			51	-	-	R\$ 337.780,84

7.2.4 A tabela acima demonstra a quantidade prevista para ser contratada **inicialmente**, podendo haver adições no decorrer do contrato conforme condições que serão especificadas no Termo de Referência.

7.3 Os serviços serão desenvolvidos nos locais relacionados nas tabelas abaixo:

7.3.1 Tabela 01 - ENCARREGADO GERAL12X36

LOCAL	HORÁRIO	INSALUBRIDADE	QNT	POSTO
-------	---------	---------------	-----	-------

Área Hospitalar	07:00h às 19:00h (12x36h)	Não se aplica	2	1
	19:00h às 07:00h (12x36h)	Não se aplica	2	1
TOTAL			4	2

7.3.1.1 Jornada Especial de trabalho de 12 x 36 horas, de acordo com a cláusula quadragésima oitava da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.2 Tabela 02 - FISCAL DE PISO DIURNO 12X36

LOCAL	HORÁRIO	INSALUBRIDADE	QNT	POSTO
Portaria Central	Das 07h às 19h (12x36h)	Não se aplica	6	3
Rampa do ambulatório		Não se aplica	2	1
Escada da Farmácia		20%	2	1
Torre da Emergência		Não se aplica	2	1
Elevadores de Serviço		Não se aplica	2	1
Elevadores Sociais		Não se aplica	2	1
Subsolo I		Não se aplica	2	1
Centro de fisioterapia		Não se aplica	2	1
7º Andar		20%	2	1
8º Andar		20%	2	1
9º Andar		20%	2	1
10º Andar		20%	2	1
Pronto Atendimento		20%	2	1
DAME		20%	2	1
UISM		Não se aplica	2	1
DTEP	Não se aplica	2	1	

TOTAL	36	18
--------------	----	----

7.3.2.1 Jornada Especial de trabalho de 12 x 36 horas, de acordo com a cláusula quadragésima oitava da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.2.2 Adicional de insalubridade: baseado no parecer sobre adicional de insalubridade e/ou periculosidade emitido pela Divisão de Perícias, Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do HFA.

7.3.3 Tabela 03 - FISCAL DE PISO NOTURNO 12X36

LOCAL	HORÁRIO	INSALUBRIDADE	QNT	POSTO
Portaria Central	Das 19h às 07h (12x36h)	Não se aplica	4	2
Rampa do ambulatório		Não se aplica	2	1
Escada da Farmácia		20%	2	1
Torre da Emergência		Não se aplica	2	1
Pronto Atendimento		20%	2	1
TOTAL			12	6

7.3.3.1 Jornada Especial de trabalho de 12 x 36 horas, de acordo com a cláusula quadragésima oitava da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.3.2 Adicional de insalubridade: baseado no parecer sobre adicional de insalubridade e/ou periculosidade emitido pela Divisão de Perícias, Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do HFA.

7.3.4 Tabela 04 – RECEPCIONISTA HOSPITALAR 5X2

LOCAL	HORÁRIO	INSALUBRIDADE	QNT	POSTO
Portaria	Das 06h às 15:00h (44h semanais)	Não se aplica	2	1
Andares		20%	2	1
Andares	Das 07h às 19h (12x36h)	20%	2	1
TOTAL			6	3

7.3.4.1 Jornada Especial de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com a cláusula quadragésima da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.4.2 Jornada Especial de trabalho de 12 x 36 horas, de acordo com a cláusula quadragésima oitava da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.4.3 Adicional de insalubridade: baseado no parecer sobre adicional de insalubridade e/ou periculosidade emitido pela Divisão de Perícias, Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do HFA.

7.3.5 Tabela 05 – FISCAL DE PISO DIURNO 5X2

LOCAL	HORÁRIO	INSALUBRIDADE	QNT	POSTO
Radiologia	Das 07h às 16:00h (44h semanais)	20%	1	1
TOTAL			1	1

7.3.5.1 Jornada Especial de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com a cláusula quadragésima da Convenção Coletiva de Trabalho de 2025.

7.3.5.2 Adicional de insalubridade: baseado no parecer sobre adicional de insalubridade e/ou periculosidade emitido pela Divisão de Perícias, Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do HFA.

7.4 Os horários acima poderão sofrer alterações de acordo com a necessidade da Administração, mantendo sempre a jornada de trabalho prevista na Convenção Coletiva de Trabalho mais atual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.647.615,00

8.1 O valor máximo anual estimado para presente contratação é de R\$ 4.647.615,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e seiscentos e quinze reais).

8.2 O valor máximo mensal estimado para presente contratação é de R\$ 387.301,25 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e um reais e vinte e cinco centavos).

8.3 Os valores detalhados estão demonstrados detalhadamente na Planilha de Custos e Formação de Preços constante no processo.

8.4 O preço cotado incluir todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação/refeição, transporte e quaisquer outras vantagens pagas aos colaboradores, prêmio de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, despesas operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas financeiras de qualquer natureza, despesas, diretas e indiretas, lucro, ou seja, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

8.4 Tabela - Valores totais estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	QNT MENSAL	QNT TOTAL ANUAL	UND FORN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Serviços contínuos de encarregado geral, fiscais de piso e recepcionistas hospitalares com dedicação exclusiva de mão de obra.	8729	1	12	Mês	387.301,25	R\$ 4.647.615,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Nos termos do art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, foi avaliada a possibilidade de parcelamento da presente contratação. Após análise técnica e gerencial, concluiu-se que não será vantajoso promover o parcelamento da solução, considerando as especificidades operacionais e estruturais da demanda do Hospital das Forças Armadas (HFA).

9.2 O objeto da contratação abrange três cargos distintos: Fiscal de Piso, Recepcionista Hospitalar e Encarregado Geral, ambos desempenhados de forma integrada e coordenada em ambientes hospitalares de grande circulação e alta complexidade organizacional. Apesar das atribuições distintas, as atividades convergem funcionalmente para a segurança orgânica, o controle de acesso e a humanização do atendimento aos usuários do hospital.

9.3 Caso a solução fosse parcelada por cargos ou itens, haveria risco de adjudicação a duas empresas diferentes, o que obrigaria a Administração a firmar dois contratos distintos, cada qual com seu próprio responsável técnico. Isso acarretaria necessidade de dois encarregados gerais, duplicidade de gestão, dificuldades de alinhamento entre equipes e descentralização de responsabilidades operacionais, comprometendo a eficiência no controle, na comunicação e na supervisão das atividades.

9.4 Por outro lado, ao optar pela contratação conjunta de todos os postos por grupo funcional, será possível designar apenas um encarregado geral com domínio completo da estrutura operacional, otimizando a supervisão, a resposta a ocorrências e o controle de qualidade dos serviços. Essa estratégia maximiza a eficiência na gestão contratual, facilita o monitoramento por parte da fiscalização e diminui o risco de falhas operacionais decorrentes de divergências de procedimento entre fornecedores diferentes.

9.5 Dessa forma, o não parcelamento é medida que observa os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência, padronização operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos, sendo, portanto, a solução mais adequada e vantajosa à Administração para a presente contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes relativas ao presente processo licitatório.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação está prevista no PNCP conforme dados abaixo:

- a. ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026
- b. Data de publicação no PNCP: 01/04/2025
- c. Id do item no PCA: 4
- d. Classe/Grupo: 911 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GOVERNO
- e. Identificador da Futura Contratação: 112408-4/2026

11.2 A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes da Divisão de Coordenação Administrativa deste Hospital, esta assertiva ampara-se enquanto é constante a necessidade de tal serviço para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA, tendo em vista que o Plano de Gestão de Logística Sustentável do HFA está em elaboração..

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Temos como benefício direto a preservação patrimonial (mobiliário, equipamentos e instalações), controle de acesso de pessoas e materiais, segurança de usuários e pacientes, humanização no atendimento e preenchimento de importantes postos de trabalho, tendo ainda como objetivo evitar danos ao erário.

12.2 Como benefícios indiretos, temos a satisfação de usuário, funcionários e pacientes, impedir a evasão de recursos patrimoniais (equipamentos, mobiliário e instalações) e credibilidade perante a sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Será designado um servidor para realizar o curso de Fiscalização de Contratos.

13.2 Caso o servidor designado já possua o referido curso, será verificada a necessidade de atualização dos conhecimentos a fim de que seja realizada uma gestão contratual eficaz.

13.3 Ademais, será optado pela realização do Pagamento pelo Fato Gerador (PFG), que é justificada pela Eficiência e Racionalização da Gestão Contratual. O PFG elimina a burocracia da Conta-Depósito Vinculada, permitindo que a Administração foque na fiscalização da execução e otimize o fluxo de caixa, pois o desembolso só ocorre após a comprovação do fato gerador (pagamento ao empregado).

13.4 Além disso, a segurança é mantida, pois o pagamento de faturas está diretamente condicionado à prova de quitação de todas as obrigações trabalhistas, com previsão de retenção imediata e acionamento da Garantia Contratual em caso de falha.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A Contratada deverá elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, observadas as normas ambientais vigentes.

14.2 Quando houver ocorrências, o encarregado deverá registrar no livro de ocorrências e comunicar ao servidor responsável, dentre as quais podemos citar:

14.2.1 Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros;

14.2.2 Saboneteiras e toalheiros quebrados;

14.2.3 Lâmpadas queimadas ou piscando;

14.2.4 Tomadas e espelhos soltos;

14.2.5 Fios desencapados;

14.2.6 Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, etc.

14.3 Uso racional da Água:

14.3.1 A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada;

14.3.2 Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.

14.4 Uso racional de Energia Elétrica:

14.4.1 Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;

14.4.2 Sugerir, à Contratante, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc.;

14.4.3 Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Contratante.

14.5 Outros cuidados

14.5.1 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;

14.5.2 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

14.5.3 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Após a análise técnica, operacional e orçamentária, conclui-se que a contratação é viável e essencial para o pleno funcionamento do Hospital das Forças Armadas.

15.2 A solução proposta é a que melhor atende aos requisitos de continuidade, economicidade e eficiência administrativa, observando os princípios da legalidade, impessoalidade e interesse público. O impacto orçamentário está previsto e há disponibilidade financeira para a execução do contrato nos exercícios correspondentes

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILVANCARLO LIMA DE CASTRO

Membro da comissão de contratação

JOSE LUIZ DA SILVA DIAS

Membro da comissão de contratação

ANDERSON DE CARVALHO BERNARDO

Membro da comissão de contratação

JOSE MAURICIO DE MESQUITA

Membro da comissão de contratação